

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O protagonismo do movimento indígena no processo de construção de direitos sociais

Paulo Sérgio Pereira Filho¹

Alzira Mitz Bernardes Guarany²

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a atuação dos movimentos indígenas na cena política brasileira, a partir da análise de sua participação em Comissões da Assembleia Nacional Constituinte, através de uma revisão bibliográfica de autores indígenas que discorreram sobre a centralidade dos povos indígenas para a formação social brasileira, assim como evidenciaram como tais sujeitos articularam-se para reivindicar direitos sociais que respondessem às suas demandas. A importância em se evidenciar essa contribuição está no fato de que a luta histórica dos movimentos indígenas no campo democrático possibilita que na contemporaneidade, tais contribuições sejam retomadas e reatualizadas estabelecendo uma continuidade na construção de direitos, visando enfrentar os limites impostos pelo racismo anti-indígena.

Palavras-chave: Movimentos indígenas; Direitos sociais; Formação social brasileira.

ABSTRACT

This work aims to analyze the performance of indigenous movements in the Brazilian political scene, based on the analysis of their participation in Commissions of the National Constituent Assembly, through a bibliographical review of indigenous authors who spoke about the centrality of indigenous peoples for the formation Brazilian social, as well as showed how such subjects articulated to claim social rights that responded to their demands. The importance of highlighting this contribution lies in the fact that The historical struggle of indigenous movements in the democratic field makes it possible for such contributions to be resumed and updated in contemporary times, establishing continuity in the construction of rights, aiming to face the limits imposed by anti-indigenous racism.

Key words: Indigenous movements; Social rights; Brazilian social formation.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Bolsista FAPERJ Nota 10

² Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ; Coordenadora do Laboratório de Estudos em Políticas Públicas, Trabalho e Sociabilidade – LEPPTraS/ESS/UFRJ/CNPq



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1 INTRODUÇÃO

A Assembleia Nacional Constituinte (ANC) é um marco histórico na luta pela formulação e implementação de direitos sociais através da Constituição Federal de 1988. A população indígena configura-se como grupo originário do território que foi nomeado pela classe dirigente do país como Brasil. Nesse cenário, cabe às categorias de produção de conhecimento e de políticas públicas reconhecer a centralidade da população indígena nos processos sócio-históricos ocorridos no Brasil desde sua invasão, no século XVI. Afinal, esta população possui uma relação com as conjunturas sociais, seja por meio do seu protagonismo e/ou do silenciamento, que visa apagá-la da história através do racismo que é um dos pilares fundantes da sociedade brasileira (CARVALHO, SILVA, 2020).

A Assembleia Nacional Constituinte, fruto de lutas da sociedade civil pela redemocratização do país, foi marcada por debates e votações de constituintes eleitos pelos estados brasileiros sobre as diversas propostas apresentadas para a elaboração de uma nova constituição para o país. Sua conjuntura foi marcada por um período de inúmeras propostas, acordos e negociações, que possibilitou que se forjasse uma Constituição que formalmente estipulasse e garantisse muitos dos direitos individuais e coletivos há muito reivindicados pelos movimentos sociais, além de estabelecer a organização dos poderes e das instituições brasileiras em uma conjuntura nacional de reconstrução democrática.

Na esteira dessa compreensão, abordar a relação dos povos originários com o campo dos direitos sociais, envolve evidenciar a história da democracia brasileira, pois os povos indígenas não lutam historicamente apenas por direitos para si, eles lutam principalmente pelo direito à terra, pelo meio ambiente e pela produção coletiva, logo, a sua luta é de enorme contribuição para a sociedade brasileira. Afinal, eles defendem interesses que são para o bem-estar coletivo de toda a sociedade.

Analisar a conjuntura da ANC nos auxilia a evidenciar como os povos indígenas foram e são sujeitos fundamentais para a produção da participação social e garantia de direitos, porém também demonstra o processo de marginalização a que este grupo enfrenta na dimensão da cidadania.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Na ANC formulou-se comissões e subcomissões para o debate e a construção de direitos sociais, e em uma das subcomissões, denominada Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (SNPIPDM), vinculada à Comissão de Ordem Social (COS), a população indígena fora nomeada, mas não possuíam uma liderança que as representasse como membros desta Sub-Comissão. De forma que eles foram convocados a participar dos debates e apresentar propostas nas reuniões executadas, mas no quesito de representação, para reivindicar, acompanhar e monitorar as ações, o Estado brasileiro falhou em ceder e materializar substantivamente este princípio básico da representação social.

No momento em que se anunciava o fim da Ditadura Militar e que o governo declarava sua intenção de convocar a ANC, setores historicamente excluídos enxergaram uma oportunidade de participação concreta na construção da Carta Magna, na qual poderiam fazer constar suas demandas históricas. Durante a transição da Ditadura para o início de construção de um período democrático, a articulação política indígena aderiu às lutas populares e conquistaram seu lugar na construção da carta política para o país. (CARVALHO, SILVA, 220).

A função da ANC e sua distribuição por comissões e subcomissões caracterizou um processo de realizar debates e votações, de forma democrática. A de 1987 contou com oito comissões temáticas, cada uma continha sessenta e três membros. A questão indígena foi manejada pela Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias (SNPIPDM), que era vinculada a Comissão de Ordem Social (COS). Nessas subcomissões apresentavam-se propostas que posteriormente era encaminhada à Comissão de Sistematização (CS) para realização de votação em dois turnos.

A mobilização dos indígenas nesse processo estabeleceu que a partir dessa Constituinte fosse garantido o acesso livre das pessoas às sessões e gabinetes, cooperando com os debates e exercendo pressões, espaços, em que contou com a participação de diversos grupos de interesse. Todavia, a população indígena não possuía nenhum representante direto na Constituinte, do mesmo modo não possuía nenhum deputado ou senador de origem indígena (KAYSER, 2010, p.185), que tivesse lugar de fala, que se estivesse sofrendo os mesmos processos de exclusão, de silenciamento e de invisibilização, e portanto tivesse a mesma perspectiva

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

(RIBEIRO, 2017). Entretanto, organizações ligadas às questões indígenas se uniram para criar a possibilidade de inserção dos direitos indígenas na Constituição Federal (CF), através da sua participação na ACN como expositores, apresentando suas propostas, nas reuniões realizadas pela SNPIPDM.

Os povos indígenas organizados, junto com movimentos coletivos que militavam pelas suas causas, criaram estratégias para superar o que Núñez (2022) chamou de etnogenocídio, uma das formas de materialização do racismo anti-indígena. Essa estudiosa, de origem indígena, explica em sua tese a gênese deste tipo de racismo: “Minha aposta é de que o racismo anti indígena e o etnogenocídio se constroem em torno da disputa e imposição de um certo tempo e espaço que busca legislar a ordem e o progresso, o desenvolvimento, a civilização e todas as demais égides do mundo colonial” (NÚÑEZ, 2022, p. 14).

É a partir deste ponto que produzem a narrativa de que a população indígena vive exclusivamente nas florestas, que usam determinadas vestes e acessórios considerados primitivos e se comunicam de forma folclórica. Todas essas construções são uma estratégia da burguesia branca para infantilizar os povos indígenas com o intuito de desacreditá-los perante a sociedade, de forma que acreditem que são seres desprovidos da capacidade de pensar e tomar decisões por si só, prescindindo da tutela do Estado. É em verdade um processo que retira a humanidade e toda a pluralidade de grupos indígenas com o intuito de ratificar o projeto de descarte e extermínio desses povos, e legitimar a carta branca para o Estado e a branquitude seguirem invadindo territórios indígenas e apropriando-se de sua cultura.

A história forjada a partir da invasão das terras do que se chamou Brasil, se deu a partir dessa programática de exclusão, violência, silenciamento e apagamento que o racismo operou. Em alguns momentos históricos ocorreu um reconhecimento parcial de demandas da população indígena, de forma que foi incluída em uma agenda mas não é institucionalmente inserida, de maneira que suas demandas sejam tratadas diretamente por alguém de sua comunidade, como ocorreu, por exemplo, quando Ailton Krenak, liderança indígena, realizou o popular discurso na ANC de 1987, acerca da importância da luta dos movimentos indígenas. Assim, o Estado encontra formas de manter a subalternização desses grupos, em uma relação em que não há uma autonomia do ponto de vista formal, apenas do

PRÓMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ponto de vista de interlocução.

A despeito desse violento processo de etnocídio ainda em curso, os povos indígenas resistiram e resistem como podem. Possuem um legado de contribuição para a formação social brasileira, como aponta (NÚÑEZ, 2022) seja pela riqueza e diversidade étnica que o compõe, seja pelas efetivas contribuições à preservação do bioma nacional. Daí a importância de questionar os fundamentos clássicos da produção de conhecimento acerca da formação social brasileira e indagar onde estão autores indígenas na literatura, bem como expor sua participação política na construção da Carta Magna, e destacar que tais sujeitos são originários e não emergentes do pós-Ditadura. Devido a esse apagamento que se coloca como fundamental a necessidade de ampliar a perspectiva da população indígena, sobre o processo de redemocratização brasileiro, e sua participação na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987.

2 O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS

2.1 População indígena e a formação social brasileira

A divisão étnico-racial de grupos de acordo com seus fenótipos e aspectos culturais, iniciada durante a colonização, foi embasado pela ciência ocidental, através de teorias científicas que visavam justificar a diferenciação intelectual, social e moral partindo da raça ariana com padrão de racionalidade, e associando a raça e etnias não brancas, comportamentos irracionais, imorais, e perigosos, como características inerentes a seus fenótipos e cultura (QUIJANO, 2005). Tais teorias, denominadas eugenistas, emergem justamente no período de abolição da escravidão como forma de justificar cientificamente a manutenção da hierarquização de seres humanos e desumanização de corpos, e negação do acesso das populações indígena e negra às dimensões da vida social e direitos garantidos aos brancos, como trabalho, educação, saúde e moradia, assim como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



também promovem um esforço no sentido de apagar e desqualificar suas contribuições e produções culturais.

A sociedade contemporânea brasileira constitui-se sobre um cenário de correlações de forças sociais em que habitam múltiplos grupos em um regime democrático. Ocorre que há uma radical sobreposição de conhecimentos, vidas e demandas, que são hierarquizadas por sistemas de dominação como o racismo, patriarcado e cisheteronormatividade.

A população indígena é mais uma parcela do povo brasileiro que sofre essa interseccionalidade (CRENSHAW, 2002). Chamados em um primeiro momento como índios, pois os portugueses acreditavam terem chegado às Índias, passou a ser nominada pela classe dominante, constantemente, como o “índio”, a partir de interpretações negativas e pejorativas. Tal denominação é um desdobramento da estratégia desqualificadora que data desde o Período Colonial nacional, em que os homens cis europeus chegaram ao Brasil e iniciaram um processo de exploração, dominação e genocídio dos povos tradicionais para apropriarem-se de suas terras. Nesse sentido, uma das pautas que compunham a agenda de lutas dos povos indígenas e hoje ganhou publicização foi o pedido de abolição do uso dessa qualificação e para que não mais os estereotipassem na data dedicada a lhe prestar “homenagem”

[...] seria bom que as escolas não mais usassem a palavra “índio”. Comemorar o dia do índio é cair no mesmo erro que tem se repetido nos últimos 500 anos. Porque esse índio que se comemora no dia 19 de abril não existe. Ele é pura ficção. É uma abstração. Ele não é uma afirmação, é uma negação. Não é positivo, é negativo (MUNDURUKU, 2018, p. 29).

No modo de sociabilidade ocidental, os indígenas são conformados em condições de marginalização e violência, sob uma lógica colonial que persiste em pleno século XXI, em que suas terras permanecem sendo saqueadas, com respaldo do Estado. A leniência do aparelho estatal e das esferas legislativas, como no dever de zelar pelos territórios indígenas e realizar a demarcação de outras áreas, autoriza grupos vinculados ao agronegócio, à grilagem e aos latifundiários a contribuírem com o genocídio dos povos originários na disputa por terras (KRENAK, 2019).

A sociabilidade indígena coexiste com a sociabilidade ocidental capitalista,

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mas se assenta em outros princípios e valores, dentre os quais os de respeito à diversidade e à pluralidade de crenças, práticas e vivências. Todavia, o capitalismo e sua dinâmica de produção e reprodução interferem na vida de pessoas indígenas, estejam elas em suas terras demarcadas, mais distante, ou inseridas em contextos urbanos.

Em uma sociedade pautada pelo racismo e desigualdades espaciais, sociais e regionais, é imprescindível que as comunidades indígenas sejam respaldadas, assistidas e protegidas por um arcabouço legal e pelo Estado de alguma forma, do contrário, a vulnerabilidade desses povos pode se agravar ainda mais, uma vez que diversos grupos têm interesses em se apropriar de terras demarcadas (KRENAK, 2019) e das riquezas que possuem.

As teorias sociais eurocêntricas possuem predominância no campo da academia (BENTO, 2002), das ciências e da formação superior de inúmeros profissionais, de forma que impactam a realidade social, naturalizando valores, comportamentos e práticas vinculadas à branquitude, tomando-a como “universal”, à medida que as formas de ser e pensar de povos indígenas são categorizadas como “folclore” impactam seus corpos, como por exemplo a ideia de que indígenas são seres primitivos, atrasados e bárbaros (MUNDURUKU, 2018).

Os povos originários do território brasileiro possuem uma gama de conhecimentos ancestrais, uma cosmologia e cosmogonia ampliadas e inclusivas, que inclusive precede o desenvolvimento das forças produtivas, o movimento de globalização, e a construção da ciência ocidental. No campo da produção de conhecimento é necessário ter entendimento de técnicas e teorias para avaliar sua aplicabilidade e funcionalidade, que podem ou não, ser validadas na materialidade social, o que não lhes tira o valor que tem para esses povos. Importante considerar que para os indígenas, o que os constitui como ser social é a sua autodeterminação epistemológica sobre si e a relação com a natureza (KOPENAWA, 2015).

A cosmologia para os povos originários trata do arcabouço de produções, técnicas e conhecimentos que esses sujeitos desenvolvem coletivamente, a partir da sua relação com a natureza. Davi Kopenawa, autor de origem indígena, disserta em seu livro de título “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” (2015), sobre as narrativas que derivam da cosmologia dos povos indígenas da etnia Yanomami. Também xamã e intelectual, Kopenawa discorre sobre a relação de



seu povo com a Floresta Amazônica, as suas tradições e a multiplicidade de elaborações teóricas e práticas desenvolvidas pela sua comunidade naquele território. Na cosmologia yanomami, há uma integralidade de saberes no que concerne a questões como território, saúde, educação, gestão, segurança. A natureza e o corpo são categorias que expressam extrema relevância para qualquer modo de sociabilidade e já se faziam presentes em modos de sociabilidade indígenas (KOPENAWA, 2015) bem antes de teorias modernas que tratam de totalidade e integralidade serem elaboradas.

Segundo os resultados preliminares disponibilizados pelo Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se que no Brasil, atualmente, a população indígena corresponde a cerca de 1.652.876 sujeitos (IBGE, 2023). Tais dados indicam aumento de 84% em relação ao levantamento anterior, realizado pelo Censo em 2010, resultado talvez das políticas públicas e sociais de inclusão e preservação adotadas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Assim, constata-se como a mobilização dos movimentos indígenas e outros que também defendem suas causas, podem produzir efeitos na sociedade, seja no campo da consciência e/ou da autodeclaração étnico-racial, em que a difusão e valorização de conhecimento produzido por povos originários fez grande diferença.

Outra estratégia que complementa a anterior e é utilizada no presente estudo, é buscar a decolonização do saber e destacar autores de referência do movimento indígena, que configura uma estratégia para consolidar o debate étnico racial na academia e incentivar a produção de pesquisas acadêmicas sobre a população indígena e sua importância em debates acerca da democracia, estado e formação social brasileira (KRENAK, 2019).

Para Quijano (2005), o conceito de colonialidade consiste em uma ferramenta de controle social que se manifesta sobre o comportamento, o pensamento, a imagem, as relações e o corpo, de forma que estabelece uma norma para cada um desses aspectos, e conforme os sujeitos se distanciam do parâmetro eurocêntrico, a violência que paira pela sociedade os ataca e atravessa.

A colonialidade possui alicerce no colonialismo, mas se estende para além desse modo de organização e produção. Foi apropriada pelo capitalismo, que

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



necessita exercer poder sobre os sujeitos para garantir a sua produção e reprodução, onde se reatualizou para seguir regulando e controlando a vida social (QUIJANO, 2005), especialmente no exercício de poder sobre povos originários, na promoção é do apagamento de sua participação e contribuição com a construção do país e da sua pluralidade étnica.

Ocorreu uma homogeneização em torno do ser indígena, que invisibilizou as fronteiras históricas e culturais existentes entre os grupos indígenas. Como explica Fredrik Barth (2000), aspectos identificados na definição de “grupos étnicos” são: a autoperpetuação do ponto de vista biológico, a partilha de valores fundamentais e culturais, a constituição de um campo comum de comunicação e interação, e a identificação do grupo por outro sobre o qual possa haver uma distinção identitária entre ambos. A partir desta compreensão, nota-se que as distinções étnicas não configuram obstáculos na relação de diferentes grupos indígenas entre si, pelo contrário, mostram como é possível que haja relação de mutualidade, convívio e respeito com outros grupos indígenas sem que a diferença seja pautada a partir do conflito. Todavia a colonialidade homogeneizou tudo e invisibilizou a rica pluralidade entre os povos.

Segundo o intelectual e ativista Krenak (2019), a interdependência étnica que há entre os indígenas é uma relação benéfica, pois indígenas de distintos territórios e regiões entram em contato com novos saberes, matérias primas e pensamentos a respeito da natureza, espiritualidade, habilidades de caça e pesca que se apresentam como novos conhecimentos, dos quais podem usufruir e acrescentar nas suas aldeias originárias. Assim produz-se uma troca de conhecimento que pode acarretar mudanças na forma de pensar, agir, comportar diante de alguma situação, ampliando-se a gama de conhecimentos originários, dinamizando e expandindo suas capacidades e potências.

2.2 As representações indígenas e suas demandas no campo dos direitos sociais

Tradicionalmente, a política brasileira é dominada por homens cis brancos devido às consequências do processo de colonização, que construiu a dimensão do exercício do poder através desta figura, e, na mesma à medida, as populações



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



indígena e negra foram subalternizadas na dinâmica do trabalho, dos direitos e de sua subjetividade. De forma, foram e ainda são impostos uma série de obstáculos para a inserção de povos indígenas em espaços de participação social (KRENAK, 2019).

A forma ocidental de organizar a política através de partidos e representantes para cargos de poder nas instâncias do legislativo, executivo e judiciário se propõe a pensar estratégias para o bem-estar coletivo. Porém, são construídos personagens de forma que enfatiza a individualidade de tais representantes causando um distanciamento da massa (CONCEIÇÃO, 2018). Em contrapartida, as demandas e lutas levadas a cabo por grupos étnicos indígenas são realizadas por um viés de coletividade, e não na ideia de representação individual da política produzida por homens cis brancos heterossexuais (CONCEIÇÃO, 2018). A posição que o movimento indígena adere e empreende frente à política da branquitude, encontra o dilema indivíduo x coletivo na forma de organização política hegemônica vigente.

A política produzida pelo movimento indígena pensa que as experiências na arena política devem ser compartilhadas pelos sujeitos de cada comunidade, mas a configuração do cenário político brasileiro é partidário, representativo e fragmentado, o que coloca limites nas possibilidades de uma ideia de gestão compartilhada. Assim, os grupos indígenas se veem impelidos a serem estratégicos e se inserir na política representativa, mas de forma que os interesses das múltiplas organizações indígenas possam ser acolhidos e levados em consideração na luta por direitos, o que acaba por representar mais um desafio e obstáculo a ser superado.

A ideia de eleger representantes que defendam as pautas de um grupo é uma ferramenta explorada por muitos sujeitos sociais, especialmente os sistematicamente discriminados, como: população negra, mulheres, pessoas com deficiência, movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queer, Interssexuais, Assexuais, Panssexuais e demais identidades de gênero e orientação sexual (LGBTQIAP+). Ainda assim, é preciso ter em mente que embora haja a articulação dessas lutas para a construção de um regime democrático, cada grupo possui especificidades no que concerne a realidade que vivenciam.

Em retrospectiva, a Constituição de 1988 trouxe mudanças quanto ao

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Estatuto do Índio, de 1973, quando que este último regulamentava que os nativos deveriam integrar-se à “civilização” da qual não “escaparam” durante a colonização brasileira, desde as primícias do convencionado “descobrimento do Brasil”. Até então, as discussões envolvendo nativos e grupos não nativos concentravam-se, em grande medida, no que dizia respeito à “terra” (CARVALHO, SILVA, 2020, p. 232).

As desigualdades sociais que atingem os povos indígenas são produto do racismo anti-indígena. A partir desse conceito evidencia-se que a relação dos povos indígenas com a democracia brasileira é uma relação violenta, conturbada e contraditória. Os povos originários do Brasil sofreram um processo de marginalização e genocídio tão intensos e extensos que foram tornados uma espécie de ser “estrangeiro” em sua própria terra (KOPENAWA, 2015). Oliveira (2018) aponta que em 1500 haviam em torno de 2,5 milhões de indivíduos espalhados pelo território, que foram reduzidos a pouco mais de 340 mil pela estratégia genocida adotada. Houve resistência por parte dos indígenas frente aos colonizadores europeus, mas em grande medida, o processo de escravização da população negra em conjunto com o extermínio dos povos originários foi o que forjou a sociedade brasileira, tendo a branquitude como o grupo dominante.

A partir do reconhecimento da importância de ocupar os espaços de tomada de decisão na sociedade moderna, os indígenas vão se reunir em organizações sociais e pensar formas de institucionalizar sua articulação, sistematizando demandas e gerando pressão para acessar os espaços de participação social. Entre as organizações formadas com o intuito de defender os povos originários durante o processo de redemocratização, podemos elencar: a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (ARPINSUL), a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (ARPINSUDESTE), a Grande Assembleia Guarani (ATY GUASSU), a Coordenação dos Povos Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

A mobilização de setores do movimento indígena indica dois fatores importantes de serem elencados: primeiro a percepção de que a estratégia de enfrentamento direto pode dizimá-los, tendo em vista o que ocorreu ainda no século XVI e o que se deu em outros territórios invadidos pelos europeus, e segundo, que deveriam resistir na lógica imposta pelos dominantes, daí se apropriarem do

PROMOÇÃO



APOIO





conhecimento acerca do modo de produzir política do ocidente. Dessa forma sujeitos subalternizados produzem um movimento de transgressão ao se utilizarem do modus operandi da classe dominante para pôr em evidência seus devidos interesses e direitos através das articulações institucionais (CONCEIÇÃO, 2018).

Ao se inserirem nesses espaços, os indígenas visam a comunicação com os campos institucionais e com setores progressistas da sociedade para que sejam aliados nas lutas por produção de autonomia e reconhecimento do seu papel como povo originário do território brasileiro. Dentre seus principais pontos de pauta está a demarcação de suas terras, a preservação dos recursos e dos biomas naturais, além de garantir a segurança de tais povos em conflitos com grupos organizados que visem tomar seu território e suas as riquezas presentes neles.

[...] a nossa Constituinte, que eu tive a situação extraordinária de naquela época estar coordenando a União das Nações Indígenas, o movimento indígena que estava lutando com o governo para fazer respeitar os nossos direitos e caiu para mim a responsabilidade de defender dentro do Congresso, na Assembleia Nacional Constituinte, que junta às duas casas, o Senado e a Câmara. Todos esses camaradas que vocês ouvem aí falando, os senadores e os deputados com mandato de constituinte, lotando um auditório e eu tive a tarefa de entrar, subir no púlpito e aqueles caras fazendo uma bagunça enorme lá dentro, parecendo um boteco, ninguém ouvia ninguém. Eu tive a tarefa de me concentrar e fazer aqueles homens calarem a boca por um minuto e me escutarem (KRENAK, 2012, p. 122-123).

O papel do intelectual Ailton Krenak na ANC foi emblemático. Sua postura e seu papel como representante da União das Nações Indígenas (UNI), movimento de cunho nacional que reunia os interesses de diversos grupos indígenas, foi fundamental para que se desse ouvidos às reivindicações históricas dos povos indígenas. Desta forma, a atuação da UNI foi promovida em conjunto com o governo, que entendeu a necessidade de estabelecer espaço para as pautas indígenas diante do Congresso.

Através da inteligência e perspicácia estratégica, a língua do colonizador tornou-se um instrumento nas mãos do movimento indígena que identificou como uma possibilidade de tomar uma postura de denúncia. Segundo Krenak (2019) o contato com o idioma do colonizador foi uma via necessária pois um evento da proporção da ACN foi fundamental para pôr em foco a organização política dos povos originários do Brasil, que constituiu um marco para que muitos grupos indígenas enxergassem o potencial transformador em uma frente articulada na luta pela garantia de direitos.

APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



3 CONCLUSÃO

O cenário de movimentos indígenas na luta contra o racismo durante a ANC tem por base o debate de direitos sociais que garantam o acesso à terra, cidadania e preservação cultural. Com ênfase na atuação política de organizações indígenas, ainda que houvesse o apoio de organizações aliadas ao movimento.

O processo de redemocratização brasileiro vincula-se com o debate étnico-racial, assim como todos os processos históricos que perpassam a questão de acesso e materialização de direitos. Dessa forma, torna-se fundamental compreender a cosmologia dos povos originários do território brasileiro. Por isso entendemos como fundamental o aprofundamento dos setores de produção de conhecimento e mobilização social sobre as lutas dos povos originários, assim como defendemos a apropriação de autores de origem indígena. Além de situar historicamente que como sujeitos originários do território nacional que já possuíam sua cosmologia, sua economia, valores, divisões (KRENAK, 2019), logo, precederam a chegada dos invasores europeus e seu modo de sociabilidade ocidental.

Sendo assim, a formulação e implementação de direitos sociais para a população indígena é uma forma de garantir que este grupo, que possui sua própria dinâmica existencial e política, seja mantido no campo democrático, visibilize seu protagonismo da formação social brasileira e tenha valorizado sua produção cultural, social e científica. As políticas públicas também são essenciais para a viabilização de direitos indígena de direito à vida, a terra, sua cultura, e demais áreas que compõem seu cotidiano como: saúde, educação e segurança.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988.

CARVALHO, Rômulo R. L.; SILVA, Rafael R. **Um quase eterno reencontro**: Ailton Krenak e a Assembleia Nacional Constituinte (1987). Revista Espacialidades, v. 15,

PROMOÇÃO

APOIO



n. 2. 2019.

CONCEIÇÃO, Keyla F. J. **A invisibilidade do indígena no processo eleitoral brasileiro**: as organizações indígenas e a luta pela representação política. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2023

IBGE. **Com a coleta concluída na TI Yanomami, Censo já registra 1.652.876 pessoas indígenas em todo país**. Comunicação do IBGE. 03 de abr. 2023.

KAYSER, Hartmut-Emanuel, 2010. **Os direitos dos povos indígenas do Brasil**. Desenvolvimento histórico e estágio atual. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **Daniel Munduruku**. Organização de Sérgio Cohn e Idjahure Kadiwel. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2018.

NÚÑEZ, Geni D. L. **Nhande ayvu é da cor da terra**: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2022.

OLIVEIRA, Francisco. **Brasil**: Uma biografia não autorizada. SP: Boitempo, 2018.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO